



## **ARQUIVO ESCOLAR E MEMÓRIA: O PATRIMÔNIO CULTURAL E EDUCATIVO DA ESCOLA PROFISSIONAL NILO PEÇANHA, CAMPOS (RJ)**

SILVA, Euza de Souza

*Mestranda do Programa de Políticas Sociais - UENF*  
euzassilva@hotmail.com

MARTINEZ, Silvia Alicia

*Professora e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais - UENF*  
silvia-martinez@hotmail.com

271

### **RESUMO**

Nas últimas décadas, a pesquisa histórica vem destacando a relevância das contribuições dos Arquivos Escolares enquanto patrimônio histórico, educativo e cultural para o estudo da história e da memória da Educação. A fim de conhecer e compreender a formação produzida pela Escola Profissional Nilo Peçanha, em Campos (RJ) entre 1930 e 1940, este estudo vem expor, justamente, seu patrimônio educativo e cultural, configurados em seu Arquivo Escolar, tomado aqui como objeto, e ao mesmo tempo, o principal repositório de fontes da pesquisa. Com um perfil educacional bastante peculiar, a Escola, que muito contribuiu para a formação profissional feminina, permanece na memória popular, pela preservação do mesmo prédio, tombado pelo Inepac em 2003, e abrigando hoje o Colégio Estadual Nilo Peçanha. Neste estudo, o prédio também é entendido como patrimônio de relevância para a compreensão da cultura escolar.

**Palavras-chave:** Arquivo Escolar; Patrimônio cultural; Fontes Documentais.

### **ABSTRACT**

In the last decades, historical research has been giving emphasis to the contributions from School Archives as a historical, educational and cultural heritage for the study of history and memory of Education. In an attempt to get to know and grasp the educational training applied by the school Escola Profissional Nilo Peçanha, in Campos (RJ) between the years of 1930 and 1940, this study comes to explore the educational and cultural heritage set in its School Transcripts, as the object and main repository of sources of research data. With a rather peculiar educational profile, the school, which has contributed a lot for female professional education, remains in the popular memory for its preservation of the same building, which was declared a historical treasure by the Inepac in 2003. The building today hosts the school Colégio Estadual Nilo Peçanha. In this study, the building is considered a heritage of great relevance for the understanding of the school culture.

**Key words:** School Archive, Cultural Treasure, Documental Sources.



## Apresentação

Centramos a atenção neste texto nos arquivos escolares considerados como patrimônio histórico cultural socialmente relevante, mas pouco valorizado. Embora a sua importância já seja indiscutível no campo da História da Educação, no Brasil, ainda carece de uma política nacional ou estadual (no caso do Estado do Rio de Janeiro) de conservação do patrimônio escolar, enquanto paradoxalmente existem normativas indiscriminadas de descarte destes documentos.

Mas afinal, como se constitui um arquivo escolar? No dizer das autoras,

O acervo arquivístico de uma escola é decorrente de suas atividades administrativas e pedagógicas. As atividades administrativas são atribuições específicas da secretaria, do departamento pessoal, da tesouraria e da diretoria. A sala de aula, ao lado da oficina, constituem os principais locais de desenvolvimento das atividades pedagógicas, onde são produzidos materiais relacionados à situação de ensino aprendizagem- materiais de uso didático e artefatos técnicos, além de registros sobre as classes e sobre cada aluno individualmente (MORAES; ZAIA; VENDRAMETO, 2005).

Esses materiais produzidos pela e para a escola, apesar da sua importância, não são valorizados pelos agentes escolares, na maior parte das vezes. A falta de cuidados especiais, a precariedade das instalações dos lugares onde se encontram os denominados “arquivos mortos” (quando existem) e a ausente ou incipiente sensibilização dos atores escolares sobre a necessidade de conservação deste patrimônio são fatores que contribuem a favor do deterioro e/o desaparecimento do mesmo, com a consequente perda de conhecimento histórico irre recuperável.

São os historiadores, geralmente trabalhadores “de fora” da instituição estudada, que localizam, identificam, limpam, guardam, estudam esse valioso patrimônio, quando ainda se conserva.

Por regra geral, valiosos documentos encontram-se nos porões, embaixo de escadarias, em armários esquecidos, a mercê dos cupins e outros predadores de papéis e objetos envelhecidos pelo passo do tempo.

Os materiais que compõem o patrimônio escolar, como lembra Mogarro (2005), não se limitam a documentos impressos, como habitualmente se pensa já que se vive numa sociedade grafocêntrica, sob a hegemonia da palavra escrita. O patrimônio escolar compõe-se pelas fontes escritas que primeiro registraram seu desenvolvimento, mas também nas carteiras escolares gastas pelo uso, nos livros didáticos adotados e apropriados de forma particular por



seus diferentes leitores, no material didático de certa época, nas fotos, nos símbolos, enfim, na interlocução contraditória que faria perceptível, hoje, o conjunto intertextual de vozes do processo educativo. Nesse sentido, pode-se falar em memória material e imaterial da escola.

A pesquisa histórica das instituições educativas, há mais de 20 anos, vem despertando o interesse de pesquisadores da história da educação, pelos novos caminhos apontados pelo estudo do Arquivo Escolar. A união destes dois campos de estudos – história e educação – encerram uma parceria que une a um só tempo o historiador e o educador (MARTÍNEZ, S. A. et alii, 2012).

Nesse sentido, Vasconcelos (2010, p.24), em referência à Antônio Nóvoa, salienta que:

O mínimo que se exige de um historiador é que seja capaz de pensar a educação. O mínimo que se exige de um educador é que seja capaz de pensar a sua ação nas continuidades e mudanças do tempo participando criticamente da escola e da pedagogia.

A investigação do passado institucional ganhou reconhecimento nos últimos anos, em virtude das verdadeiras relíquias encontradas nos acervos de algumas instituições, que serviram de guias para traçar o itinerário cultural e educativo das mesmas. Mas não apenas por isso, haja visto que a produção bibliográfica tem crescido bastante diante das inúmeras pesquisas em fontes documentais, dentre as quais o Arquivo Escolar se destaca.

De acordo com Mogarro (2005, p.79) o Arquivo Escolar é compreendido como

um *microcosmos* com forma e modos específicos de organização e funcionamento. As escolas são estruturas complexas, universos específicos, onde se condensam muitas das características e contradições do sistema educativo. Simultaneamente, apresentam uma identidade própria, carregada de historicidade, sendo possível construir, sistematizar e reescrever o itinerário de vida de uma instituição (e das pessoas a ela ligadas) na sua multidimensionalidade, assumindo o seu arquivo um papel fundamental na construção da memória escolar e da identidade histórica de uma escola.

Partindo desse “microcosmos”, em meio aos diferentes assuntos possíveis que o tema oportuniza análise, a proposta de estudo neste texto é atentar para as características peculiares do itinerário de vida da Escola Profissional Nilo Peçanha, a partir do Arquivo Escolar e de sua memória, tomando como lapso temporal os anos de 1930-1940.

A pesquisa sobre o Arquivo Escolar remete a um passado da instituição, que permite a compreensão de práticas que nela estiveram presentes, ou seja, da sua cultura escolar própria, enfim, enfatizam a compreensão do perfil da escola e o tipo de educação e profissionalização feminina de uma época. Paralelamente, permite destacar a importância das fontes documentais



e de sua preservação para pesquisas que detém um referencial teórico direcionado à História da Educação.

### **A história das instituições educativas e o Arquivo Escolar como fonte de pesquisa: uma breve contextualização**

O estudo da Escola Industrial Feminina “Nilo Peçanha” insere-se nas análises a respeito da história das instituições escolares. Pesquisar as instituições educativas, dentro da História da Educação é adentrar numa área de conhecimento que se produz a partir do cruzamento das informações da cultura escolar, quer sejam orais, arquivísticas, museológicas, arquitetônicas, e ainda fontes originais e secundárias. São registros que possibilitam a renovação da própria educação. São dados complexos, que quando cruzados, permitem uma análise do interior e das relações que envolveram a instituição. (MAGALHÃES, 1999).

A identidade histórica de uma instituição é estruturada, isto é, toma corpo e forma, por meio da pesquisa de suas características, de como e quando existiu. Ainda, conforme Magalhães (1999, p. 64):

Reorganiza-se de fato, dando corpo às características mais genuínas da monografia historiográfica e intenta construir uma identidade histórica, tomando em atenção às coordenadas de tempo e de espaço: quadros de mudança e quadro de permanência; relações entre o local/ regional e o geral/ nacional; relações entre quadros teórico/ conceituais e quadros práticos, seja no que se refere às dimensões pedagógicas e didáticas, seja no que se refere aos objetivos e aos condicionamentos sociais humanos e tecnológicos.

Entretanto, é preciso salientar que estes documentos não são os únicos a contar a história de uma instituição, nem tão pouco se encontram arquivados e organizados em algum lugar, apenas a espera de um pesquisador interessado. Nas palavras de Vasconcelos (2010) entende-se que:

Pesquisar a educação e a sua inserção na história constitui-se em um amplo processo que não pode ser reduzido aos documentos e registros e, particularmente, aos documentos e registros apenas dos momentos vividos pela escola – uma invenção popularizada somente nos últimos dois séculos – desconsiderando outras inúmeras circunstâncias que compõem a história da educação, vividas entre sujeitos, entre sujeitos e instituições, com uma temporalidade muito mais abrangente. (p.24)

Não se trata de uma viagem ao túnel do tempo, para apreciar os contextos, hábitos e estilos de vida sociais que se tornaram ultrapassados do ponto de vista dos novos conceitos que



foram sendo construídos, em parte substituindo os antigos. Contudo, é fato, o poder instigante que desperta a consulta a essa imensa coleção de lembranças.

Barletta (2005), em sua pesquisa sobre os objetos tridimensionais nos arquivos de instituições escolares, pondera a respeito da nova configuração da historiografia educacional, no início da década de 1990, para o estudo das fontes documentais, cujo ponto frágil localizava-se na “não problematização dos seus procedimentos e objetos”.

Ao fazer tal consideração, a referida autora afirma:

os novos interesses do campo de pesquisa escolar estavam agora na organização e no funcionamento das escolas, na construção do conhecimento escolar, no currículo e nas disciplinas, agentes educacionais (professores, alunos) categorias de análise como gênero e temas sobre a profissão docente, formação de práticas de leitura e escrita. Houve um deslocamento da pesquisa: da história das idéias para as práticas educacionais. (BARLETTA, 2005, p. 108)

O encontro do educador/pesquisador com as fontes não se restringe apenas a localizar a fonte documental, ainda que esta não seja tarefa fácil, exige empenho, determinação, e muita disposição para superar obstáculos. Porém, uma atitude que se faz necessária é a contextualização do material arquivado. Este cruzamento de conteúdos é de fundamental importância para a contribuição científica da pesquisa.

Uma pesquisa histórica pressupõe o entendimento do contexto histórico em questão, articulando o fazer educativo com outros movimentos maiores, lutas e conquistas de toda uma sociedade. Ignorando os fatos que simultaneamente ocorrem, dificilmente o pesquisador experiente poderá localizar ou acessar outras possíveis fontes, por saber que a História se faz em meio à uma complexidade de eventos. (VASCONCELOS, 2010)

De posse desta percepção, a análise documental adquire funções como de uma rede de vários outros instrumentos de pesquisa, servindo de referência para a busca de informações sobre outros acontecimentos e processos educativos ocorridos no mesmo tempo e lugar.

A existência, ou mesmo resistência, do Arquivo Escolar tem sido destaque na preservação da memória escolar, e tem criado possibilidades de diversas pesquisas por ser uma das fontes mais acessíveis de informação, as quais podem ser empregadas na reconstrução da história de uma instituição escolar (MOGARRO, 2005), como, aqui, a ela se recorre.

Mas, o que se entende por Arquivo? Qual é o seu conceito? A associação dos Arquivistas Holandeses, em 1898 criou uma definição que consta no *Manual de arranjo e descrição de arquivos*, citada em Bonato (2005):



Conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário. (p.13)

A política nacional para os arquivos públicos e privados regula-se a partir da lei brasileira 8.159 de 8 de janeiro de 1991, que os define como:

Os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação e natureza dos acontecimentos.

Vê-se que a lei brasileira ampliou o conceito de documento na sua relação com o arquivo, porque incluiu os documentos produzidos e recebidos por instituições privadas e por pessoa física, “indo além do domínio da burocracia para o domínio geral da cultura, pois reconhece a necessidade de proteção de documentos não-burocráticos, oficiais” (Bonato, 2005).

Além dos documentos em suporte de papel, também configuram como *documento* todo o espaço físico<sup>1</sup> – igualmente chamado de *patrimônio educativo*:

Os espólios arquivísticos, museológicos e bibliográficos integram os documentos, portadores de informações valiosas e que nos trazem, do passado até o presente, aspectos da vida da escola e que tornam possível escrever o itinerário da instituição. (MOGARRO, 2005, p. 105)

Assim, como bem ressalta Barletta (2005, p.110):

No caso dos arquivos escolares, o estudo das práticas escolares só será possível se incluirmos os documentos arquivísticos nos mais variados suportes, não somente o papel, mas os brinquedos, os componentes de um laboratório, filmes, fotografias, equipamentos para fins diversos etc.. enfim os materiais didáticos ou pedagógicos.

Quanto ao tratamento dado aos arquivos – de manutenção, preservação e descarte –, importante assinalar que os arquivos das escolas públicas brasileiras, de modo geral,

---

<sup>1</sup>Importante mencionar o conceito de Patrimônio Cultural enquanto um conjunto social como sua cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de outros grupos, o qual segundo Canclini (1990:99) "não abarca apenas os monumentos históricos, o desenho urbanístico e outros bens físicos, e a experiência vivida condensada em linguagens, conhecimentos, tradições imateriais, modos de usar os bens e os espaços físicos.



permanecem nelas ou são entregues aos cuidados dos Arquivos Públicos, ou às Coordenadorias Regionais de Educação; e o destino é decidido pela administração pública à qual pertence. O interesse na guarda de documentos, o Arquivo Escolar, por exemplo, se justifica pelo fato de virem a servir de prova de direito, de pessoas ou da própria administração, e também como fonte de informação (consulta).

Entretanto, para o historiador, os documentos são fontes de pesquisa para a história da educação, porque manifestam ou representam a memória dela. (BONATO, 2005)

Mas o que guardar, no meio de tantas informações que podem gerar grande acúmulo de papel? E guardar por quanto tempo? Como guardar? Não se pode ignorar a ação do tempo no material guardado, expostos aos diversos tipos de contaminação que provocam perdas irreparáveis.

Os estudos desenvolvidos pela Arquivologia estabelecem a chamada Tabela de Temporalidade, devido à necessidade do *descarte documental*, orientando quanto às condições e como fazer. Em 1986, o Arquivo Nacional produziu o *Manual de levantamento de produção documental*, orientando a ação de avaliação feita pelos responsáveis pela análise e seleção de documentos nas instituições, estabelecendo prazos para a guarda ou eliminação, racionalizando os arquivos. (ZAIA, 2006)

Preservar não significa guardar tudo, mas fazer uma seleção, uma análise, procurando conservar, em documentos, a memória daquele momento da vida escolar. Para Bonato (2005), a Teoria das Três Idades da legislação brasileira é válida para os arquivos escolares. Assim o arquivo corrente, ou da *primeira idade*, é constituído pelos documentos em curso; o arquivo intermediário, ou da *segunda idade*, é aquele que não é consultado frequentemente; e o arquivo *permanente* ou da *terceira idade*, composto por aqueles documentos que já perderam seu valor administrativo, porém são conservados definitivamente por causa do seu valor histórico ou probatório. São esses os documentos mais procurados para fins de pesquisa.

Isto posto, o Arquivo Escolar, senão for a principal, é um dos principais repositórios para o pesquisador da história da educação. A análise documental é tarefa do pesquisador, e este se entusiasma quando encontra uma instituição que se preocupa em preservar a própria história, como se deu na Escola Profissional Nilo Peçanha, guardando os seus documentos para o resgate de sua memória.



## **O acervo da Escola Profissional Nilo Peçanha: algumas peculiaridades**

O acervo se constitui no presente trabalho como objeto e fonte de pesquisa, sobre o qual se investigam as práticas educativas da extinta Escola Profissional Nilo Peçanha, uma escola profissionalizante feminina, organizada em 1923, na cidade de Campos, interior do estado do Rio de Janeiro.

Ruy H. Medeiros fala desta articulação do Arquivo Escolar, entre ser objeto e fonte:

Ali, nos documentos, estão memórias individual e coletiva da educação. Não toda, é claro. Mas também não só memória, mas memórias. Memória do papel. Memória da tinta. Memória da letra. Memória da pena. Que tinta é aquela? Por certo uma daquelas obtidas com receita, que passou de professor a professor, de pai a pai, de aluno a aluno, antes da disseminação da tinta industrial. (MEDEIROS, 2003, p.6).

Em relação à análise que compreende o presente estudo é feito um levantamento histórico da Escola Profissional Nilo Peçanha, no período de 1931 a 1946, por meio da contribuição das suas fontes documentais – o próprio arquivo escolar da instituição –, também o Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes, que particularmente contribuiu com a pesquisa, nos jornais da época, que foram encontrados. Fazem parte da metodologia, ainda, os documentos oficiais que regulavam o ensino profissionalizante, sendo o principal o Regulamento do Ensino Profissionalizante disposto pelo decreto-lei nº 2.380, de 14 de janeiro de 1929, vindo depois o decreto estadual nº 129, de 20 de janeiro de 1936, que faz a reforma do Regulamento anterior, e ainda a Lei Orgânica do Ensino Industrial, decreto nº 4.073 promulgada em 09 de abril de 1942 e que realiza a equiparação, em 1943, pelo decreto nº 11.312, de 30 de janeiro.

Os documentos do arquivo revelam o perfil da escola e enfatizam a compreensão do tipo de educação e profissionalização feminina de uma época. Vale lembrar que a Escola Profissional Nilo Peçanha era de formação pós-primária, de tempo integral, localizada à Rua Lacerda Sobrinho, nº. 119, na área central da cidade de Campos (RJ).

O edifício imponente, sede da Escola, foi construído, originariamente, para abrigar o Liceu de Artes e Ofícios, que funcionou de 1886 a 1919, patrimônio cultural tombado pelo Inepac<sup>2</sup> em 2003, é possuidor de uma arquitetura que se destacava diante da simplicidade das construções da época da sua inauguração. Não é redundante afirmar a respeito, que o prédio

<sup>2</sup> Instituto Estadual do Patrimônio Cultural; tombamento provisório em 17/10/2003, registro nº E-18/001.338/2003





constitui uma parte relevante do patrimônio histórico-cultural educativo (MARTÍNEZ; GANTOS; BOYNARD, 2005).

Criada com a finalidade de educar meninas pobres da comunidade local, a Escola atuava na formação profissional e atendia as moças, em idade entre 12 e 20 anos de idade, suprimindo a carência de preparo para o trabalho feminino, um trabalho essencialmente manual, desempenhado dentro ou fora de casa. Fora criada em dezembro de 1922, e no ano seguinte, iniciando o seu funcionamento em 1923.

O período compreendido neste trabalho vai desde o ano de 1931 ao ano de 1946 por demarcar o período de 16 anos, tempo da gestão da segunda diretora da Escola, a professora Isaura Lucas dos Santos Cruz. Outrossim, o recorte temporal foi bem recebido, por encontrar-se num importante período histórico da política brasileira, o Estado Novo, da chamada Era Vargas e das inúmeras mobilizações em torno da educação pública, como o início do movimento escolanovista.

A investigação empreendida no Arquivo Escolar permitiu observar que a atual direção do Colégio Estadual Nilo Peçanha decidiu manter os relatórios dos registros das atividades da Escola Profissional Feminina, desde o início de seus trabalhos, da forma como o encontramos: separados por ano, em pastas-arquivo, encadernados como livro.

Os livros de registros apresentam com detalhes um cotidiano escolar, dentro de uma rotina com poucas alterações, uma cultura escolar que tenta ser inflexível, mas capaz de transportar o leitor para a realidade passada, acompanhando os acontecimentos nacionais, respondendo ao chamamento do espírito cívico no interior da comunidade escolar.

À época de sua constituição, os dados foram registrados e arquivados em forma de *relatórios*, e posteriormente, datilografados e encadernados, em forma de livro e identificados com o ano a que se refere, com o mesmo padrão e ordem, conservando no seu interior, praticamente, a mesma sequência de assuntos.

Se fossem organizados por categorias, poderiam ficar, grosso modo: *Assuntos administrativos*: (movimentações trabalhistas da administração); *Corpo Docente* (lista nominal de todas as professoras e a condição profissional de cada uma); *Alunas* (número de alunas matriculadas em cada turma, o número de alunas promovidas, reprovadas, repetentes, formadas, ingressas e o meio pelo qual ingressaram); *Currículo teórico e prático* (os mapas com os horários das aulas teóricas e das aulas nas oficinas; as mudanças ocorridas eram registradas e suas justificativas); *Assuntos Diversos* (registro de pedidos, requerimentos à



direção de Instrução Pública da Província; andamento dos assuntos tratados nos relatórios anteriores); *Mapas quantitativos* (de frequência das alunas, de rendimento escolar, de trabalhos executados nas oficinas, com os percentuais de cada uma, por turma); *Relatórios das visitas de Inspeção*; *Mensagens dos visitantes*; *Informações sobre os cursos oferecidos pela Escola: GERAL, DE APROVEITAMENTO, ESPECIAL E NOTURNO (escola primária)*,

Outra observação interessante é que no início de cada ano letivo, a direção enviava a cada professora uma circular que deveria ser respondida, cujo teor correspondia a uma avaliação das próprias condições de trabalho, do mobiliário, equipamentos e materiais didáticos para o trabalho educativo durante o ano. Algumas professoras faziam deste espaço uma espécie de “tribuna”, já outras, de fato a maioria, se dizia satisfeita com o que tinha disponível e com o trabalho que exerciam.

A presença de um acervo fotográfico neste arquivo sugere uma pesquisa iconográfica de amplo espectro. Só no período estudado foram encontradas mais de 80 fotos, todas legendadas. Algumas marcam a participação das alunas da Escola em eventos públicos, como os desfiles cívicos na área central do município, outras, com imagens internas da Escola, retratam as comemorações cívicas que eram observadas pelo calendário anual da Escola, como por exemplo, o aniversário do Presidente da República Getúlio Vargas.

Há fotos das alunas nas aulas de Educação física, nas apresentações, nas oficinas confeccionando os trabalhos manuais. Depois de prontos, sempre ao final de cada ano, os trabalhos manuais eram arrumados nas salas de aula, dispostos como numa vitrine para serem fotografados, antes da chegada do público à Exposição.

Muitas fotos registram momentos e encontros das professoras e alunas com autoridades políticas locais e estaduais. A presença da Escola nos eventos esportivos, fora da Escola, também foi registrada, além das comemorações do dia da Raça, juntamente com outras escolas, evento importante no calendário estudantil do município.

A direção escolar encaminhava relatórios ao departamento de Instrução Pública, dando conta das condições do prédio, da escassez de material de trabalho das oficinas, da falta de mobiliário, da carência financeira (em alguns períodos), da falta de espaço, enfim fazendo ou reeditando reclamações já feitas às autoridades, sobre os mais diferentes assuntos. A questão da escassez de material didático e da merenda escolar foi o tema mais recorrente neste tipo de documento, no período estudado.



Era uma Escola de referência em toda a região, como Escola de formação profissional feminina, e como formadora de *boas donas de casa*, inclusive para aquelas que não se casariam, e posteriormente, por apresentar à sociedade, mais especificamente, aos Grupos Escolares da cidade e de outras dos arredores, as novas professoras de Trabalhos Manuais.

As discussões, sob forma de reivindicações, aparecem nos relatórios, repetidas ao longo de todo o período desta administração, aparentemente sem nenhuma intenção de confrontar o sistema público, mas de forma insistente.

A compra de um terreno vizinho, que fazia fundo com o prédio da Escola foi um dos assuntos mais presentes, com negociações que se arrastaram por cerca de 9 anos. Finalmente, em 1944, se concretiza esta aspiração da Escola, com a compra do referido terreno, inicialmente para utilização das aulas de Educação Física.

Algumas situações não encontraram bom desfecho. No auge das reformas, especialmente na equiparação da Escola com as Escolas profissionais federais, encontram-se vestígios de um descontentamento sobre o ensino profissional que era praticado, e que parecia não encontrar sentido e sintonia com a realidade local.

Sem citar nomes, algumas vozes (de dentro do corpo docente) concluíram que a primeira Reforma do ensino profissional, em 1936, trouxe grande modificação no plano geral de ensino, entretanto não levou em conta a aplicação imediata desses conhecimentos.

Diversas críticas foram feitas ao aumento do número de disciplinas, programas extensíssimos, equivalentes aos do curso ginásial e contando apenas com a possibilidade futura das alunas diplomadas pelas escolas profissionais ingressarem no magistério, como professoras de trabalhos manuais, cujo número no quadro do ensino primário, ainda era muito reduzido.

Por este motivo, e com o fim de ampliar os horizontes às que pretendiam uma colocação, logo após a conclusão do seu curso, e devido às possibilidades existentes nas Escolas Maternais, creches, Centros de saúde, etc, foi sugerida a inclusão no plano geral de estudos do Ensino Profissional, um curso de Enfermagem, tal como acontecia na Escola Profissional de Artes e Ofícios de São Paulo, onde havia “As Bandeirantes da Saúde”. (1941, p.64)

Pelos três anos que se seguiram após o decreto que concretiza a equiparação, a Escola ainda não havia conseguido fazer a adequação necessária nos programas das disciplinas, efetivamente. Embora se mostrassem desconfortáveis com a falta de orientação oficial quanto aos programas das oficinas, as próprias mestras e professoras desenvolveram seus próprios



programas de ensino, de acordo com a interpretação que cada uma teve dos moldes da nova organização do ensino industrial.

A direção da Instrução Pública do Estado, se fazia representar na Escola pelas visitas de Inspeção, quando estas relatavam as condições da educação na Escola em todos aspectos, conforme as suas atribuições descritas pelo Regulamento. Entretanto, os relatórios destas visitas entram em contradição com os relatos feitos pela administração escolar. A situação que se apresenta sugere um tipo de trabalho, feito pela Inspeção, de preservação da imagem do Estado, perante ele mesmo.

As propostas de reforma do ensino, oficializadas através dos decretos não lograram êxito, não foram levadas a termo; este foi um dos temas que maiores manifestações provocaram nas professoras, por meio de suas respostas à circular enviada a cada ano pela direção, especialmente, depois da chamada *equiparação*.

O engajamento para com o ensino por parte da direção e das professoras, comprometimento com o desempenho, suplantou as dificuldades de infra-estrutura e material didático, e outros elementos fundamentais na construção do conhecimento pretendido. A preocupação não era apenas com as aulas, mas com o compromisso da Exposição dos trabalhos ao final do ano.

O relato histórico da trajetória da Escola, em alguns momentos, provoca no leitor uma imagem de que o trabalho educativo desenvolvido fora sacrificial, uma espécie de doação desinteressada.

Entretanto, a simples observação do resultado, de meninas pobres a professoras formadas em Trabalhos Manuais, e mesmo das inúmeras mães de família e boas donas de casa, com a boa formação escolar, a educação feminina possível e acessível naquela época, seduz à admiração pelo trabalho realizado por essas mulheres: educadoras, professoras, mestras e contra-mestras, auxiliares, substitutas e bem assim as inspetoras, porteiras, secretárias, e em especial a esta diretora valente, que se aposentou depois de 40 anos de trabalho na Educação, dos quais, 25 dedicados à Educação Primária.

O período estudado foi de grande efervescência nas questões políticas, econômicas, educacionais sociais, culturais, enfim. Um tempo de grandes encontros e desencontros, debates e convivência, com a presença dos pioneiros da Escola Nova, não apenas nos cargos da política pública, mas palestrando na Escola, que vivia intensamente uma educação nos moldes do Plano Nacional de Educação do Estado Novo. Em que pesem os anseios dos Pioneiros da Educação



Nova, sente-se uma forte educação patriótica no interior da escola, representando outra linha educacional, com forte presença de símbolos nacionalistas e até religiosos.

### **Considerações Finais**

A discussão sobre patrimônio histórico-cultural educacional e a sua preservação é de grande importância, e vem sendo cada vez mais valorizada pelos historiadores da educação, por entender que nos dias atuais é comum deparar-se com a quase incontrolável mania que muitos possuem de descartar quase tudo que está sem uso há algum tempo, como se para nada mais servisse.

A escola, permanentemente faz isso com suas produções, sem se dar conta de que está descartando provas raras de sua atuação social. Justificadas pela necessidade de arrumar o escasso espaço para preservação, quase nunca se encontram exemplares originais das produções dos alunos, como os cartazes, trabalhos escritos, maquetes, cadernos, ou os planos de aulas e os diários de classe dos professores. Os exemplares do Diário Oficial, por se tratar de um documento oficial, encontram-se aos montes. Parece que a sala de aula, o *locus* tradicionalmente eleito, mas não único no que se refere ao processo ensino–aprendizagem, fica esquecida.

A presente pesquisa só foi possível pela existência do arquivo escolar, da Escola Profissional, depois Industrial, Nilo Peçanha. Por este estudo vê-se que a Escola deu conta de sua missão, considerando o propósito para o qual foi criada, superando os percalços ao longo do caminho. Por seu desempenho recebera aplausos formalmente escritos pelos visitantes ilustres, que assim registraram, testemunhando este êxito.

Não poderíamos deixar sem registro que esta luta em prol da formação profissional, no município do interior do Estado, portanto, longe da capital, ter se dado, por longo tempo, quase que exclusivamente através do apoio de cidadãos campistas aos quais a Escola recorreu nos momentos mais críticos em busca de apoio financeiro.

Este trecho da história da Escola Industrial, um passado distante há cerca de 80 anos, também nos remete ao presente, guardadas as devidas proporções, evidentemente, uma constatação de que nada ou quase nada mudou, desde o século passado, quanto ao financiamento da educação.

Mesmo uma instituição com uma proposta declarada como sendo de assistência às meninas das camadas populares, garantidas pelo Estado, as condições básicas de sustento para



se manterem na Escola, ficou por tanto tempo desprotegida, dependendo da generosidade dos amigos.

Depois de tantos anos de crescimento tecnológico e de evolução do pensamento social, a educação ainda não ocupou o seu lugar, tão reivindicado e tão negligenciado. Não apenas na esfera estadual, mas principalmente nela; no mesmo município de Campos, e como se não bastasse, a mesma Escola, hoje com outro nome, ainda é o retrato do enorme descaso do governo estadual, registrado pela imprensa local, escrita e televisiva, para quem quiser ver.

Esta é uma discussão sem ponto final, nem é a intenção deste trabalho esgotar tal assunto. A história dos arquivos escolares bem como da Escola Industrial Nilo Peçanha está ainda em processo de estudo, e ela, assim como outras instituições nesta cidade, bem podem ser assunto de outros trabalhos.

### Referências Bibliográficas

BRASIL. A Lei Orgânica do Ensino Industrial 4.073 de 30 de janeiro de 1942

BRASIL. Decreto-lei 11.316 de 13 de janeiro de 1943.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Regulamento do Ensino Profissional Dec-lei 2.380 de 14 de janeiro de 1929.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Reforma do Ensino Profissional, Decreto-lei 129 de 20 de janeiro de 1936.

BARLETTA, Jacy Machado. Arquivos ou Museus? Qual o lugar dos Arquivos Escolares? Revista Brasileira de História da Educação. Nº 10 jul/dez. 2005(p.101-122)

BONATO, N. M. C. Os Arquivos Escolares como fonte para a História da Educação. Revista Brasileira de História da Educação. Nº 10 jul/dez. 2005 (p.193-220)

CANCLINI, Néstor García. O Patrimônio Cultural e a construção imaginária nacional. *In*: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 23. Rio de Janeiro, 1990, p.99.

DOMINIQUE, Julia. A cultura escolar como objeto histórico. Revista Brasileira de História da Educação - Publicação semestral da Sociedade Brasileira de História da Educação – SBHE nº 1 jan./jun. - São Paulo: Autores Associados. Campinas, 2001, p. 9-43.

ESCOLANO BENITO, A. (ed.) (2007). La cultura material de la escuela. Berlanga de Duero -Soria: CEINCE – Centro Internacional de la Cultura Escolar.

FERNANDES, Rogério e MAGALHÃES, Justino. CONTRIBUTO PARA A HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS – entre a memória e o arquivo. In Para a História do Ensino Liceal em Portugal. Actas dos Colóquios de I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895) Braga; Universidade do Minho, 1999 (p. 63 – 76)

MARTÍNEZ; GANTOS; BOYNARD. Arquitetura, escola e memória: O edifício do Liceu de Humanidades de Campos. Cadernos de História da Educação, v.5, 2006.

MARTÍNEZ, S. A.; PINHO, L.G.; Mesquita, J. S.; Gama, M.; Baldes, M. A. L.; Ribeiro, R. M. PRESERVAÇÃO, PESQUISA E DIFUSÃO DO PATRIMÔNIO EDUCACIONAL: O CASO DO



LICEU DE HUMANIDADES DE CAMPOS (RJ). Vértices (Campos dos Goitacazes), v. 14, p. 215-227, 2012.

MEDEIROS, R.H. Arquivos Escolares: breve introdução a seu conhecimento. In Colóquio do Museu Pedagógico, 3; Vitória da Conquista. Anais; Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2003.

MOGARRO, Maria João (2005). Arquivo e Educação: A construção da memória educativa. Sísifo. Revista de Ciências da Educação, 1, pp. 71-84. Consultado em 09/2012.

\_\_\_\_\_. Os Arquivos Escolares nas Instituições Educativas Portuguesas. Preservar a informação, construir a memória. Pró-posições, v.16, nº 1 (46)– jan/abr. 2005 (p. 103 – 114)

\_\_\_\_\_. Arquivos e Educação: a construção da memória educativa. Revista Brasileira de História da Educação. Nº 10 jul/dez. 2005 (p.75-99)

VASCONCELOS, M. C. C. Pesquisas na história da educação: sujeitos, fonte e instituições. In: Maria Celi Chaves Vasconcelos, Lia Ciomar Macedo de Faria. (Org.). In Histórias de pesquisa na educação - Pesquisas na história da educação. 1ed.Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2010, v. 1, p. 23-50.

ZAIA, Iomar B. O acervo escolar: manual de organização e cuidados básicos. 2.ed.rev.ampl.-São Paulo, Centro de Memória da FEUSP, 2006

\_\_\_\_\_. O lugar do arquivo permanente dentro de um centro de memória escolar. Revista Brasileira de História da Educação. Nº10 jul/dez.2005 (p. 153-174)